



SUMÁRIO EXECUTIVO



# Relatório **Land Gap**

**2025**

Transformando a governança econômica global para  
atingir metas climáticas e de biodiversidade

# Conteúdo

<b>Prefácio</b> .....	<b>3</b>
<b>Sumário Executivo</b> .....	<b>4</b>
<b>Recomendações</b> .....	<b>8</b>

**Este é um trecho do Relatório Land Gap 2025 completo, que inclui os seguintes capítulos:**

**Capítulo 1: Land Gap**

*Kate Dooley (Universidade de Melbourne), Alister Self e Yun-fang Tsai (Climate Resource/Recurso Climático), Kate Horner (Pesquisadora independente)*

**Capítulo 2: Forest Gap (Lacuna Florestal)**

*Heather Keith (Universidade Griffith), Kate Dooley (Universidade de Melbourne), Alister Self e Yun-fang Tsai (Climate Resource/Recurso Climático)*

**Capítulo 3: Da extração à restauração: Transformando a governança econômica global para resultados em florestas e biodiversidade**

*Kate Horner (Pesquisadora independente), Kate Dooley (Universidade de Melbourne), Jessica Dempsey (Universidade British Columbia, Climate and Community Institute/Insituto de Clima e Comunidade)*

**Capítulo 4: Virtuoso ou vicioso? Escolhendo a relação entre dívida, comunidades e natureza**

*Rebecca Ray e Gefei Kofi Zhou (Global Development Policy Center/Centro de Políticas de Desenvolvimento Global, Universidade de Boston)*

**Capítulo 5: Reforma tributária e captura de fluxos financeiros ilícitos para as florestas**

*Luke Holland (Tax Justice Network/Rede de Justiça Social) e Markus Trilling (Eurodad – European Network on Debt and Development/Rede Europeia de Dívida e Desenvolvimento)*

**6: Estudo de Caso: Subsídios públicos na Europa: bênção ou maldição para a biodiversidade florestal e a resiliência climática?**

*Metodi Sotirov (Universidade de Freiburg)*

**Capítulo 7: Reforma da política comercial para proteção das florestas e soberania alimentar**

*Sophia Murphy (Institute for Agriculture and Trade Policy/Insituto de Políticas de Agricultura e Comércio)*

**O relatório completo em inglês pode ser encontrado aqui:** <https://landgap.org/2025/report>

## Citação sugerida

Land Gap (2025) The Land Gap Report 2025, Universidade de Melbourne.

Disponível em: <https://www.landgap.org/>

## Agradecimentos

Editado por Clare Pedrick, design de layout por Andy Omel, gráficos por Ethan Cornell

Foto de capa de um nascer do sol em Lombok, Indonésia, por Ikan Nakal/Adobe Stock.

Todas as imagens são cortesia da Adobe Stock, salvo indicação em contrário.

Agradecemos o apoio da Climate and Land Use Alliance, European Climate Foundation e Rockefeller Brothers Fund.

A responsabilidade pelas informações e opiniões apresentadas no Land Gap Report é exclusivamente dos autores. Contribuidores e apoiadores não podem ser responsabilizados por qualquer uso que possa ser feito das informações aqui contidas.

Diterbitkan pada bulan November 2025.

\*Land Gap pode ser traduzido como Lacuna de terra. Contudo, utilizaremos Land Gap para manter consistência com o documento de 2022 no qual o termo foi mantido em inglês.

## Prefácio

A terra, na economia, é frequentemente vista apenas por seus usos produtivos; no entanto, ela abrange a base para a constituição dos territórios, que é a relação cultural entre os seres humanos e a própria vida, sustentando a reprodução da sociedade e da natureza. O Land Gap Report 2025 adota essa perspectiva integral, não apenas para avaliar a realidade e o potencial da terra para fins de mitigação de carbono, mas também para defender um modelo econômico restaurativo e baseado em direitos.

A complexidade do uso da terra incorpora as relações políticas e disputas de poder presentes em cada contexto nacional e nas relações internacionais. Com 40% das terras do mundo sob ameaça de desertificação e altamente degradadas, com milhões de pessoas deslocadas devido às consequências sistêmicas do capitalismo extrativo baseado em combustíveis fósseis, e com as emissões da agricultura, silvicultura e mudança no uso da terra representando de 13% a 21% das emissões globais totais, a perda de terras pode ser vista não apenas como uma ameaça, mas como uma oportunidade de reconceituar as relações humanas com os sistemas vivos do planeta.

Este relatório é uma contribuição bem-vinda para essa perspectiva, pois analisa as limitações políticas e econômicas estruturais que impedem essa transformação. Ele aborda questões centrais da governança econômica global, dívida soberana, reforma tributária e comercial, o impacto dos subsídios e o papel das cadeias de valor de commodities em relação à soberania alimentar.

Este é um avanço importante, já que o relatório reconhece a necessidade de transformação econômica estrutural e de cooperação internacional, indo além do paradigma mais restrito das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Ele se baseia no primeiro Land Gap Report (2022), que realizou a primeira avaliação global da área agregada de terra necessária para cumprir as metas de mitigação das NDCs e das Estratégias de Longo Prazo dos países. O relatório de 2022 revelou que, em vez de limitar o uso e a produção de combustíveis fósseis, as metas de mitigação estavam utilizando remoções de carbono baseadas na terra como uma solução rápida para compensação de carbono. A área total de terra necessária para atender a esses compromissos reforça um paradigma linear e simplista de enfrentamento

das mudanças climáticas, com o risco de agravar as contínuas ameaças às terras de Povos Indígenas e Comunidades Locais, seguindo a mesma abordagem de mercado que criou as crises.

Muitas das respostas para a crise climática já estão presentes na resposta cultural que Povos Indígenas e Comunidades Locais têm utilizado para gerir suas terras e territórios. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas já reconhecem que uma das medidas mais custo-efetivas para alcançar as metas climáticas de 2030, além da energia renovável, é deter o desmatamento e restaurar a terra.

Se isso será feito pela mesma ótica do capitalismo exploratório, de “instrumentos de mercado inovadores”, ou, pelo contrário, por meio de estruturas de governança inclusivas que fortaleçam a cultura, os direitos das comunidades e a natureza, dependerá do equilíbrio político de poder. Este relatório contribui para essa reflexão ao desvendar o discurso do chamado “gap de financiamento” das negociações climáticas internacionais como uma possível armadilha para promover investimento privado na natureza e nas florestas, em vez de enfrentar as estruturas econômicas e políticas que materializam o desequilíbrio político de poder amplamente denunciado pelo movimento por justiça social e ambiental.



**Susana Muhamad**  
*Ex-Ministra do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável, Colômbia*

# Sumário Executivo

## MENSAGENS-CHAVE

### Land gap

As atualizações das promessas climáticas dos governos dependem fortemente da remoção de carbono baseada em terras, exigindo **1 bilhão de hectares** (ha) — uma área maior que a China — enquanto adiam ações climáticas sérias para mais tarde neste século. A dependência excessiva da remoção futura de carbono florestal por um pequeno grupo de países altamente emissores, ao invés de eliminar gradualmente as emissões de combustíveis fósseis e a destruição de ecossistemas, compromete a estabilidade climática.

### Lacuna florestal (ou Forest gap)

A escala da “lacuna florestal” — a diferença entre as metas globais de interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal e os planos reais apresentados pelos países em suas promessas climáticas — representa **20 milhões de ha por ano de perda e destruição contínuas de florestas**. Isso se baseia em **4 milhões de ha** por ano de desmatamento até 2030 — menos de 50% de redução em relação às taxas atuais; e **16 milhões de ha** de degradação — menos de 10% de queda em relação às taxas atuais. Ações mais fortes são necessárias, caso contrário a crescente “lacuna florestal” colocará em risco tanto a estabilidade climática quanto a dos ecossistemas.

### Reforma da governança econômica global

As estruturas econômicas atuais — instituições, regras e mecanismos financeiros que moldam nossas sociedades — limitam a capacidade dos países de perseguir caminhos de desenvolvimento livres de desmatamento. Pressões por pagamento de dívidas em curto prazo, a atração de investimentos internacionais e cumprimento de exigências de instituições financeiras internacionais levam governos a manter ou expandir setores extrativos que geram emissões e impulsionam a destruição florestal. Transformar esses sistemas é essencial para metas globais de clima e biodiversidade.

### Dívida Soberana

As abordagens que existem atualmente para solucionar a dívida Soberana, aprofundam a dependência por commodities e enfraquecem a capacidade de proteger comunidades marginalizadas e ecossistemas vulneráveis da expansão dos setores agrícolas e extrativistas. As soluções alternativas para a crise de dívida poderiam oferecer espaço fiscal para regular setores de commodities e proteger Povos Indígenas e Comunidades Locais assim como os ecossistemas que os sustentam. Isto significa que todos os credores, incluindo detentores de títulos, bancos multilaterais de desenvolvimentos e credores soberanos, precisam oferecer alívio significativo da dívida para países de baixa e média renda.

### Tributação

Reformas nas regras de transparência financeira e cooperação tributária têm potencial para recuperar centenas de bilhões de dólares em receitas perdidas e combater a lucratividade e sigilo de atividades ambientalmente prejudiciais. A democratização das políticas tributárias a nível nacional e internacional é crucial para garantir recursos para florestas, direitos à terra e remodelar a economia global em direção à restauração.

### Comércio

As regras atuais de comércio e investimento reforçam o poder político e econômico dos comerciantes de commodities nas cadeias globais de valor. Ignorar a influência corporativa tem levado a falhas de políticas, promessas não cumpridas e perda contínua de florestas. O desenvolvimento econômico deve ser fundamentado na soberania alimentar, no direito à alimentação e na proteção de ecossistemas resilientes. As regras do comércio agrícola devem reforçar esses pilares, e não trabalhar contra eles.

## SUMÁRIO EXECUTIVO

A terra e as florestas são centrais para alcançar as metas dos acordos de clima e biodiversidade firmados no âmbito das Convenções do Rio. Ecossistemas naturais protegem as sociedades de desastres climáticos cada vez mais frequentes e regulam os sistemas climático e hídrico. Os ecossistemas florestais, em particular, armazenam vastas quantidades de carbono e têm o potencial de remover ainda mais da atmosfera, uma contribuição cada vez mais vital à medida que o planeta se aproxima de pontos críticos de inflexão. Eles também são o lar de 200 milhões de Povos Indígenas e Comunidades Locais, e outros 1,7 bilhão de pessoas dependem dos recursos florestais para sua subsistência. Para além do seu valor ambiental e social, a terra, as florestas e a biodiversidade sustentam a economia global, fornecendo a base para o bem-estar humano e a prosperidade compartilhada.

Muitos países incluíram remoções de carbono baseadas em terra em suas metas de mitigação climática na preparação para a 30ª Conferência das Partes (COP30), que será realizada em Belém, no Brasil, em novembro de 2025. Essas novas promessas oferecem uma visão do nível de ambição dos compromissos climáticos dos países e de como esses compromissos afetarão o uso da terra no futuro, inclusive no que se refere à biodiversidade, segurança alimentar e direitos à terra.

Este relatório constata que tais promessas continuam a depender da remoção de carbono na terra para compensar as emissões contínuas provenientes de combustíveis fósseis e do desmatamento e degradação das florestas, minando o pleno potencial da terra para apoiar as metas de clima e biodiversidade. A dependência excessiva de mitigação climática baseada em terra traz o risco de deslocar a produção de alimentos, enfraquecer a resiliência dos ecossistemas e atrasar a necessária eliminação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Ao mesmo tempo, as promessas climáticas dos países falham em avançar com planos concretos para acabar com a perda

e a degradação das florestas, tornando ainda mais distante o alcance dos objetivos globais de clima e biodiversidade.

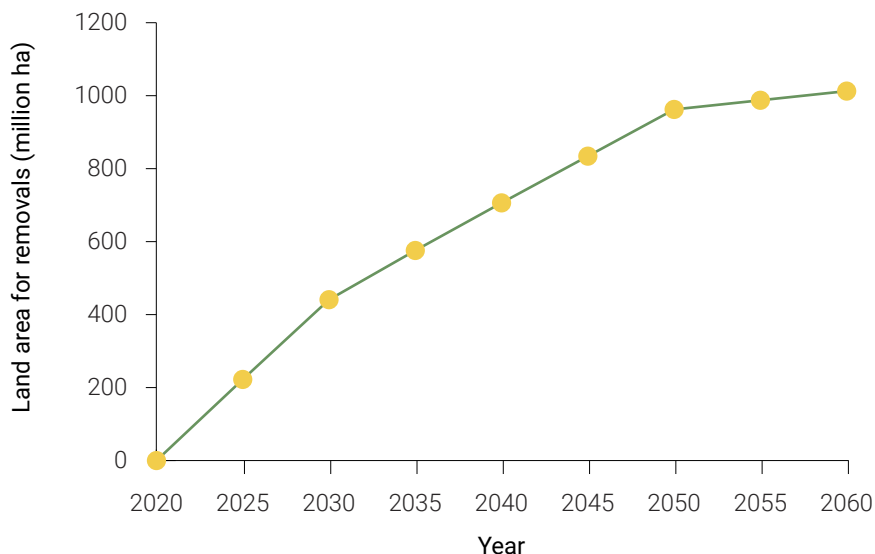
## Land Gap

O Relatório Land Gap 2025 apresenta uma avaliação atualizada da área de terra necessária para remoção de carbono nas promessas climáticas submetidas à UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) até novembro de 2025. A terra prometida para remoção de carbono agora ultrapassa 1 bilhão de hectares – muito além do que é viável ou sustentável. Isso representa um aumento em relação ao *Land Gap Report 2022* e à atualização de 2023, que identificaram a necessidade de 990 milhões de hectares de terra para cumprir as promessas climáticas submetidas até o final de 2023. Quase metade dessa área, 441 milhões de hectares – maior do que o tamanho da Índia – exige converter terras para atividades de remoção de carbono. A conversão de terra nessa escala deslocaria a produção de alimentos, ameaçaria a biodiversidade e prejudicaria meios de subsistência, resultando em graves perdas sociais e ecológicas que superam amplamente os potenciais benefícios climáticos. Por outro lado, a restauração de ecossistemas (para a qual foram prometidos 572 milhões de hectares) poderia alcançar remoção de carbono alinhada aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Este relatório reavaliou todas as promessas feitas à UNFCCC, conforme definidas pelas metas de curto prazo incluídas nas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) e pelas metas delineadas nas Estratégias de Desenvolvimento de Baixas Emissões de Longo Prazo (LT-LEDS). Isso inclui 95 novas promessas desde janeiro de 2024, demonstrando que os países estão dobrando sua aposta na dependência do setor de terras para remoção de carbono a fim de

### Remoção de CO<sub>2</sub> nas promessas climáticas nacionais

As promessas climáticas dos países dependem de 1,01 bilhão de hectares de terra para remoção de carbono, com as maiores áreas de terra prometidas por um pequeno grupo de países previstas para ocorrer mais tarde neste século.



Fonte: Análise dos autores

## SUMÁRIO EXECUTIVO

cumprir suas metas climáticas declaradas. Um pequeno número de países grandes e altamente emissores responde por mais de **70%** de toda a terra incluída nas promessas, indicando uma contínua falta de ambição na redução de emissões de combustíveis fósseis no curto prazo, ao mesmo tempo em que transfere para o setor de terras a responsabilidade por reduções mais tarde no século.

### Lahan dan hutan terancam oleh aktivitas ekstraktif

A terra continua sob ameaça devido ao extrativismo contínuo, uma forma de atividade e organização econômica baseada na exploração insustentável de recursos naturais, frequentemente para exportação, com benefícios que se acumulam sobretudo longe dos locais de extração. Mais da metade da superfície terrestre do planeta já ultrapassou limites ecológicos críticos, enfraquecendo a integridade dos ecossistemas, ameaçando direitos e comprometendo a produção de alimentos. O setor de terras necessita urgentemente de transformação. As florestas continuam a ser perdidas e degradadas a um ritmo alarmante, com 7,2 milhões de hectares de desmatamento em 2024, liberando 4 gigatoneladas de CO<sub>2</sub> e reduzindo ainda mais a capacidade dos ecossistemas florestais de contribuir para as metas de estabilização do clima. Em 2023 e 2024, incêndios extremos reduziram a captura de carbono pelas florestas para um quarto do seu efeito habitual. A produção agrícola voltada para commodities e a exploração florestal industrial são os maiores motores da perda e da degradação das florestas, respondendo por mais da metade da perda florestal global, mesmo enquanto a fome e a insegurança alimentar continuam a frustrar aspirações de desenvolvimento ao redor do mundo.

### Abordagens fracassadas e oportunidades perdidas

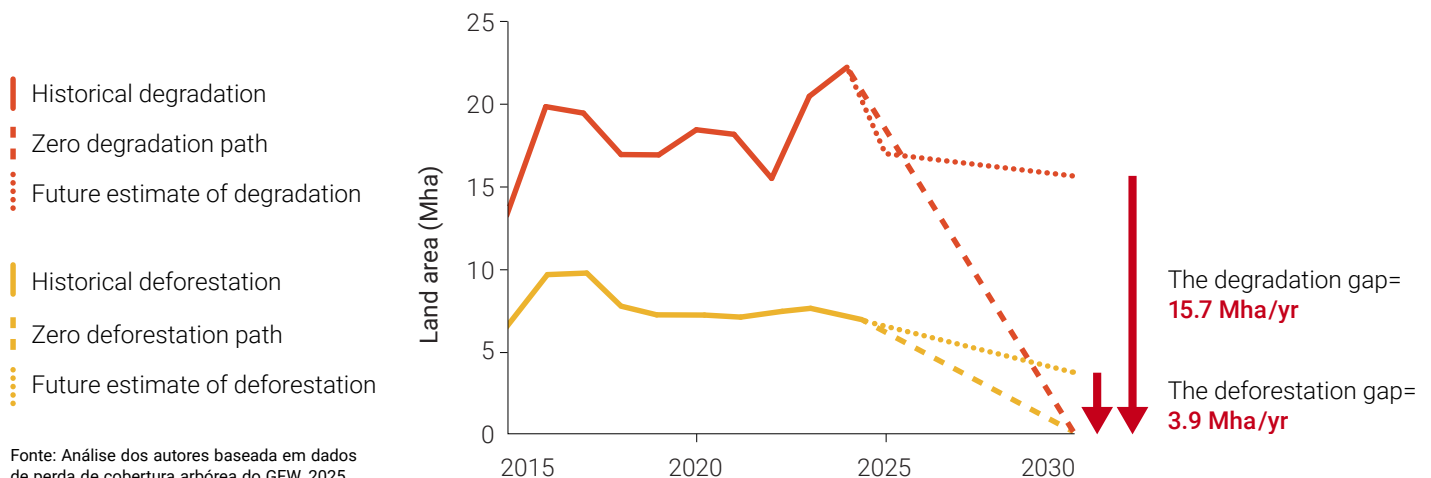
Nos últimos 15 anos, muitos países e diversas iniciativas se comprometeram a proteger florestas e terras, mas esses compromissos e metas muitas vezes não são implementados nem alcançados. Após uma promessa inicial de cadeias de suprimento “livres de desmatamento” até 2020, quase 40 governos e mais de 55 das maiores empresas do mundo assinaram a Declaração de Nova York sobre Florestas, em 2014, comprometendo-se a eliminar o desmatamento da produção de commodities agrícolas, bem como a reduzir pela metade a taxa de desmatamento até 2020 e a acabar com a perda de florestas naturais globalmente até 2030. A Declaração sobre Florestas foi relançada em 2021, antes da COP26 em Glasgow, com 145 governos reafirmando a meta de acabar com a perda e a degradação das florestas naturais até 2030. Em 2023, o resultado da decisão do Balanço Global (Global Stocktake) na COP28 incorporou formalmente a promessa da Declaração sobre Florestas – deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030 – como parte do próprio texto da UNFCCC, ampliando o compromisso de acabar com a perda de florestas até 2030 para todas as partes do Acordo de Paris. Os países reforçaram esse objetivo em 2025, em uma decisão tomada no Fórum das Nações Unidas sobre Florestas.

### A Lacuna Florestal

A perda e a degradação das florestas continuam em ritmo acelerado. Embora alguns progressos substanciais tenham sido feitos desde as primeiras promessas de deter a perda florestal, este relatório mostra

### A lacuna florestal nas promessas climáticas nacionais

Até 2030, as promessas climáticas atuais ainda permitiriam que quase 20 milhões de hectares de florestas fossem perdidos ou degradados a cada ano – uma leve redução em relação aos 26 milhões de hectares perdidos anualmente na última década.



que ainda existe uma lacuna significativa entre as atuais promessas climáticas e o objetivo de interromper o desmatamento e a degradação das florestas naturais até 2030. Embora compromissos políticos de grandes comerciantes de todas as commodities associadas ao risco florestal e de regiões fornecedoras tenham desempenhado um papel importante ao enviar sinais de mercado que impulsionam reformas em países produtores, a última década demonstrou que ações voluntárias são insuficientes, por si só, para mudar comportamentos e catalisar a escala de transformação necessária até 2030.

Este relatório avalia, pela primeira vez, a dimensão da chamada “lacuna florestal” — a diferença entre os compromissos assumidos nos últimos 15 anos, culminando no primeiro resultado do Global Stocktake para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, e os planos efetivos que os países estão apresentando em suas NDCs e estratégias de longo prazo. As promessas atuais resultam em uma “lacuna florestal” de quase 4 milhões de hectares de desmatamento contínuo até 2030 — menos de 50% de redução em relação às taxas atuais — e quase 16 milhões de hectares de degradação — menos de 10% de queda nas taxas atuais. Mesmo com as atuais promessas rumo à COP30, isso resulta em uma “lacuna florestal” remanescente de cerca de **20 milhões de hectares** projetados para serem perdidos ou degradados a cada ano até 2030, destacando a insuficiência das políticas e metas planejadas. Ações mais fortes são necessárias; caso contrário, a crescente “lacuna florestal” do mundo colocará em risco a estabilidade climática e dos ecossistemas.

## Reforma da governança econômica global para proteção das florestas

As explicações convencionais para o fracasso em deter o desmatamento e a degradação das florestas tendem a se concentrar na falta de: vontade política, recursos financeiros, compromisso por parte de atores do setor privado e capacidade estatal para implementar decisões. Essa compreensão tem moldado, há décadas, intervenções de política voltadas para cadeias de suprimento, governança e financiamento no setor de terras e florestas. No entanto, essas lacunas e deficiências fornecem apenas explicações parciais. **O que raramente é discutido é como a atual estrutura da governança econômica global — as “regras do jogo” político-econômicas — restringe a autonomia política e fiscal de um país para tomar ações necessárias alinhadas às metas de combate ao desmatamento.** Essas regras empurram muitos países, especialmente no Sul Global, para a dependência de indústrias extrativas como meio de sustentar a estabilidade financeira. Porém, essas indústrias — como mineração, exploração florestal, combustíveis fósseis e agricultura industrial — também são os principais motores da destruição ecológica. As estruturas de governança econômica global constituem, ao menos em parte, as condições para a persistência da “lacuna de terras” e da “lacuna florestal” reveladas neste relatório: os países enfrentam restrições estruturais duradouras que limitam sua capacidade de transitar para longe dos combustíveis fósseis e das indústrias extrativas, resultando em uma dependência de remoções baseadas em terra para cumprir suas metas climáticas (a

“lacuna de terras”). Ao mesmo tempo, essas mesmas pressões políticas e econômicas restringem a capacidade dos países tropicais com florestas de deter e reverter a perda e a degradação florestal, enquanto países do Norte Global se beneficiam de regras de contabilidade desigual para ocultar suas próprias emissões (a “lacuna florestal”).

Transformar esses sistemas é essencial para alcançar as metas globais de clima e biodiversidade. Isso exige reformas estruturais em políticas de dívida, fiscais e tributárias, comércio, fluxos de capital e práticas de classificação de crédito. A formulação de políticas florestais deve ir além de instrumentos voluntários e baseados no mercado e, em vez disso, enfrentar as barreiras econômicas estruturais que perpetuam o crescimento extrativista, promovendo uma economia global reparadora, baseada em direitos, que sirva à maioria e não a poucos.

## Conclusão

Embora a escala desse desafio permaneça imensa, novas oportunidades para enfrentar esse sistema arraigado começaram a surgir. Os países em desenvolvimento, em particular, passaram a ser muito mais assertivos ao defender a necessidade de reformar o sistema financeiro global, de modo a possibilitar a transformação necessária para enfrentar as crises climática e de biodiversidade, ao mesmo tempo em que constroem economias resilientes ao clima que atendam às necessidades de suas populações.

Este relatório mostra que um pequeno grupo de países altamente emissores continua a depender de níveis irreais de remoção de carbono baseada em terra, os quais não podem ser alcançados sem impactos significativos sobre meios de subsistência, direitos à terra, produção de alimentos e ecossistemas. Além disso, todos os países estão falhando em levar a sério as metas globais de deter e reverter a perda e a degradação das florestas até 2030. A maior parte das novas promessas climáticas também ignora obrigações relativas aos direitos de Povos Indígenas e Comunidades Locais sobre terras, territórios e recursos, representando uma oportunidade perdida para avançar na reforma da governança fundiária. Em vez disso, os países devem reduzir sua dependência de remoções baseadas na terra, acelerando a redução de emissões em todos os setores e priorizando a restauração baseada em ecossistemas, em vez de plantações ou expansão florestal.

Para concretizar essa ambição, é necessário reconhecer plenamente a importância fundamental da natureza para a manutenção da estabilidade climática. Isso exige mudar o foco para a forma como a natureza, a terra e as florestas são tratadas na governança econômica global. Em termos simples, sem uma transformação significativa desse sistema econômico global, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o alcance de todas as metas das Convenções do Rio permanecerão fora de alcance. Uma mudança transformadora rumo a um modelo econômico restaurador e baseado em direitos é ao mesmo tempo necessária e possível. As regras da nossa economia não são leis da natureza: foram criadas por pessoas — e pessoas podem mudá-las. Juntos, podemos desenhar um novo modelo econômico que proteja o meio ambiente, fortaleça as comunidades e crie um futuro mais justo e sustentável para todos.

# Recomendações

As regras e os fluxos financeiros que moldam nossas sociedades no modelo económico atual, prendem muitos países, especialmente no Sul Global, a uma dependência das indústrias extrativas para impulsionar seu desenvolvimento. Não precisa continuar assim. As regras da nossa economia não são regras da natureza: foram feitas por pessoas e nós podemos alterar essas regras. Precisamos promover uma transformação nos setores florestal e fundiário, afastando-os dos sistemas de extração, por meio da identificação e do desmantelamento dos mecanismos estruturais e das políticas inter-relacionadas que mantêm a extração em vigor. As políticas de clima e biodiversidade devem considerar e tomar medidas ativas para moldar a reforma da arquitetura financeira global e permitir uma mudança transformativa na governança em direção a restauração da biodiversidade e resiliência climática.

A Plataforma Intergovernamental de Política Científica sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES – Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services) recomendou a necessidade de uma mudança transformadora para enfrentar a perda de biodiversidade, abordando seus motores sistêmicos, e não apenas os diretos (O'Brien et al., 2025). Isso requer ir além de reformas incrementais, rumo a mudanças fundamentais nas instituições, economias, governança e valores sociais. A avaliação destaca a necessidade de transformar os setores que impulsionam a perda e a degradação das florestas — como agricultura, silvicultura, pesca, mineração e energia — e de reorientar os sistemas econômicos e financeiros para priorizar a natureza, a equidade e o bem-estar coletivo, em vez do ganho privado de curto prazo. No centro dessa transformação está a defesa dos direitos e da equidade, incluindo a garantia da posse da terra, a governança inclusiva em termos de gênero e abordagens lideradas por povos indígenas, que demonstram oferecer benefícios duradouros tanto para as pessoas quanto para a natureza.

Os países precisam ser capazes de criar novas formas de soberania econômica, por meio das quais tenham o espaço fiscal e monetário necessário para avançar planos e políticas de transformação significativos que priorizem a saúde ecológica e coloquem fim à extração prejudicial. Ao construir uma nova visão de desenvolvimento transformador, enraizada nos direitos das comunidades e na estabilidade ecológica, os países devem alinhar incentivos e fluxos financeiros com as metas climáticas. Isso requer instituições mais democráticas, que valorizem e reconheçam a voz e a agência do Sul Global. As narrativas que dominam a formulação de políticas devem mudar para reconhecer as falhas atuais e, ao mesmo tempo, construir uma nova narrativa de possibilidades na transformação.



An old growth forest in Oregon

## Land gap

- **Limitar a dependência excessiva da remoção de carbono baseada em terras, priorizando a eliminação das emissões provenientes de combustíveis fósseis e da destruição de ecossistemas.** Os governos devem priorizar reduções imediatas nas emissões de gases de efeito estufa em vez de depender de remoção de carbono terrestre de longo prazo. As estratégias baseadas em terras devem complementar — não substituir — a descarbonização no curto prazo.
- **Garantir políticas de uso da terra equitativas e sustentáveis.** As políticas de remoção de carbono devem salvaguardar a biodiversidade, segurança alimentar e os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Locais. Os modelos de governança responsável integram metas sociais, de biodiversidade e de mitigação climática no planejamento, incluindo governança participativa e gestão espacial para prevenir impactos sociais ou ecológicos adversos.
- **Aumentar a transparência e a especificidade nas promessas climáticas.** As promessas climáticas nacionais devem fornecer relatórios detalhados e consistentes sobre o tipo, a escala, o cronograma e a localização das atividades terrestres de remoção de carbono. A desagregação de reflorestamento, floresta-mento, restauração e outros usos da terra permitirá uma avaliação robusta da viabilidade, dos trade-offs e da demanda cumulativa por terras.
- **Integrar o planejamento do uso da terra com metas climáticas e de biodiversidade.** Desenvolver estruturas que alinhem remoção de carbono, restauração de ecossistemas e objetivos de conservação. Os incentivos e o monitoramento devem priorizar a restauração de ecossistemas degradados e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, evitando a conversão em larga escala de terras produtivas ou naturais existentes.

## Lacuna Florestal (Forest gap)

- **Estabelecer um marco global de responsabilização florestal.** Desenvolver padrões comparáveis de monitoramento e reporte entre as Convenções do Rio para garantir uma proteção florestal equitativa e transparente, reconhecendo os diferentes contextos nacionais e ecológicos. Basear-se no Sistema de Contabilidade Ambiental-Econômica da ONU — Contas de Ecossistemas — para criar estruturas, definições, classificações, indicadores e capacitação consistentes, a fim de produzir relatórios florestais padronizados para o Balanço Global e para os inventários nacionais de GEE. Essas contas devem capturar a mudança bruta da área florestal vinculada ao tipo e à condição do ecossistema; as perdas de estoques de carbono decorrentes do desmatamento e da degradação; e os ganhos advindos da restauração.
- **Dar maior destaque à degradação florestal em políticas e monitoramento.** Reconhecer que a degradação também ocorre em florestas temperadas e boreais do hemisfério norte e deve ser incluída em políticas florestais abrangentes, além do foco atual no desmatamento tropical. A degradação é menos visível do que o desmatamento e precisa ser capturada de forma sistemática no monitoramento e reporte nacionais, incluindo na Avaliação de Recursos Florestais da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). O monitoramento deve abranger as múltiplas características, causas e impactos da degradação para uma avaliação completa da condição das florestas.
- **Integrar ações florestais nas NDCs.** Destacar oportunidades para reduzir emissões e aumentar remoções por meio da interrupção do desmatamento e da degradação florestal, além da expansão da restauração. Todos os países devem garantir que suas políticas e ações florestais domésticas estejam claramente refletidas em suas NDCs e em outros relatórios relevantes, incluindo no âmbito do Quadro Reforçado de Transparência.
- **Ampliar a transparência no financiamento baseado em resultados além das florestas tropicais.** O reporte e o financiamento atuais concentram-se amplamente nas regiões tropicais, deixando florestas boreais e temperadas sub-representadas. Os incentivos devem estar vinculados a resultados mensuráveis de biodiversidade e resiliência climática, com metas definidas em termos de mudanças antropogênicas brutas em áreas, condição do ecossistema e estoques de carbono em todas as florestas, apoiadas por monitoramento e transparência fortalecidos que incluam a degradação florestal. O financiamento necessário é adicional ao financiamento público existente e futuro.

## Divida

- **Reduzir ou eliminar as condições de austeridade.** A austeridade como condição para que os países solicitem assistência do FMI para o alívio da dívida é contraproducente e pode agravar a dependência de commodities e a degradação ambiental associada. O FMI deve reduzir ou eliminar esses requisitos ou, no mínimo, incluir medidas de proteção para as comunidades mais vulneráveis e os ecossistemas que as sustentam, por meio de uma abordagem voltada para a redução do desmatamento.
- **Alívio equitativo da dívida.** O Quadro Comum para o Tratamento da Dívida do G20 atualmente exclui muitos países de renda média, não exige a participação de todos os credores e carece de ferramentas aplicáveis que exijam a prestação de contas dos detentores de títulos e credores privados, bem como multilaterais e bilaterais. Deveria ser ampliado para criar um mecanismo de alívio da dívida justo e universalmente acessível.
- **Incentivar a participação dos credores.** Da mesma forma, o Quadro Comum sofre atualmente de um processo lento e pouco claro, resultando em um alívio insuficiente da dívida. Deveria levar em conta a urgência do momento atual e promulgar um processo ampliado e racionalizado que crie incentivos para a participação plena dos credores.
- **Limitar as trocas de dívida por natureza.** Embora as trocas de dívida por natureza possam ter algum valor na angariação de fundos para planos de conservação já existentes centrados na comunidade, não devem ser a principal ferramenta no momento de saldar a dívida durante uma crise ou no desenvolvimento de novos planos de conservação. As crises da dívida exigem grandes transferências de fundos num curto período de tempo, enquanto que, para serem bem-sucedidos, os planos de conservação centrados na comunidade requerem relativamente pouco financiamento, mas longos períodos de planejamento participativo.
- **Novas formas de financiamento e instrumentos financeiros.** Os países e seus credores devem continuar experimentando novas formas de financiamento que sejam menos propensas a criar crises de dívida ou a exacerbar a dependência de commodities. Por exemplo, os títulos vinculados ao preço das commodities são estruturados com facilidades de pagamento durante as quedas de preços, reduzindo assim a pressão para ampliar a produção de commodities durante as crises. Durante crises de curto prazo, os títulos com cláusulas de desastres naturais também permitem a mobilização de capital sem aumentar a dependência de commodities no longo prazo.

## Tributação

- **Desenvolver, de boa-fé, um novo tratado fiscal global.** Os governos devem cooperar de boa-fé na negociação da Convenção Fiscal da ONU sobre Cooperação Fiscal Internacional, para oferecer um sistema inclusivo, democrático e transparente de cooperação fiscal internacional para o desenvolvimento sustentável, alinhado com as metas ambientais e de direitos humanos, levando em consideração as necessidades específicas e as injustiças históricas enfrentadas pelos países do Sul Global.
- **Desenvolver regras abrangentes, equitativas e progressivas.** A Convenção Fiscal da ONU deve incluir compromissos robustos com a troca automática de informações, transparência sobre a propriedade beneficiária e relatórios públicos por país, tanto a nível nacional quanto internacional, para enfrentar decisivamente o segredo financeiro, os fluxos financeiros ilícitos e o abuso fiscal corporativo. Além disso, a Convenção Fiscal da ONU deve permitir a redistribuição dos direitos de tributação das multinacionais, com base na presença econômica e na atividade real da empresa naquele país. Uma “taxa adicional sobre lucros poluentes” deve ser imposta às corporações que lucram com o desmatamento, a fim de desincentivar atividades empresariais prejudiciais e redirecionar a conduta dos negócios para meios de vida sustentáveis e proteção das florestas. De forma mais ampla, impostos ambientais progressivos devem ser projetados e implementados para, simultaneamente, desencorajar atividades prejudiciais ao meio ambiente e corrigir desigualdades socioeconômicas em níveis nacional e internacional. Além disso, as políticas fiscais devem estar totalmente alinhadas com os objetivos ambientais, incluindo o Acordo de Paris, e com as obrigações de direitos humanos, para garantir um desenvolvimento equitativo e compatível com o clima.
- **Promover novos impostos sobre a riqueza.** Impostos sobre a riqueza robustos devem ser projetados e implementados para corrigir a desigualdade socioeconômica — que é um dos principais motores da crise climática — em níveis nacional e internacional. Isso, por sua vez, exigirá que medidas eficazes e transformadoras de transparência financeira internacional e tributação sejam entregues por meio do processo da Convenção Fiscal da ONU.

## Comércio

- **Alinhar as políticas de alimentação e florestas.** Para produzir melhores políticas, os defensores precisam olhar de forma mais ampla para os problemas que a agricultura e a silvicultura apresentam para o uso da terra, o desmatamento e a degradação florestal, e distinguir entre os sistemas de segurança alimentar e os de exportação de commodities, garantindo ao mesmo tempo a soberania alimentar nos processos nacionais.
- **Uma visão de comércio baseada no direito à alimentação.** A visão para o comércio deve ser integrada em uma visão mais ampla sobre o papel da agricultura no atendimento ao direito humano à alimentação, antes e de forma distinta do potencial de geração de divisas por meio das exportações de commodities. É importante separar a produção de alimentos da produção de commodities agrícolas para limitar o potencial de governos ou indústrias utilizarem a segurança alimentar como desculpa para bloquear ou enfraquecer a proteção florestal. O compromisso com a soberania alimentar e o direito à alimentação é um pré-requisito para o desenvolvimento econômico, assim como a proteção de ecossistemas resilientes, incluindo as florestas. As regras de comércio agrícola precisam se basear nesses objetivos, e não competir com eles. As regras comerciais também devem enfrentar práticas comerciais restritivas que dominam os mercados agrícolas.
- **Avançar a soberania alimentar.** Uma abordagem radicalmente diferente para a segurança alimentar, baseada em sistemas alimentares descentralizados, diversos e controlados localmente, em vez de depender de grãos importados — enquanto se reforçam os padrões das exportações de commodities e se reequilibra a distribuição dos custos e benefícios do comércio de commodities — também ajudaria a redefinir a política climática e florestal. Essa abordagem distinguiria a soberania alimentar das atividades das empresas envolvidas nas cadeias globais de commodities.
- **Desafiar mitos sobre segurança alimentar que minam a ambição.** Os mitos sobre segurança alimentar que reforçam um modelo de desenvolvimento agrícola baseado na exportação de commodities precisam ser desafiados em nível nacional e internacional. Priorizar a segurança alimentar como apoio à proteção florestal, em contraste com a produção de commodities, oferece caminhos práticos de políticas para combater os principais vetores de destruição florestal. Onde as florestas foram degradadas, práticas de uso misto e agroflorestais oferecem mais do que plantações de árvores — tanto para a natureza quanto para as comunidades.

## Subsídios

- **Eliminar gradualmente subsídios e incentivos fiscais prejudiciais ao meio ambiente.** A agricultura industrial e as práticas de exploração madeireira continuam a receber bilhões de dólares em recursos públicos para subsidiar suas atividades destrutivas. Por exemplo, os programas de financiamento na Europa que promovem a silvicultura intensiva e a biomassa sob a Diretiva de Energias Renováveis, bem como alguns modelos de silvicultura produtiva ou intensiva no âmbito do CAPI e das regras de Auxílio Estatal, devem ser reformados para eliminar o apoio financeiro a plantações de monocultura, cortes de salvamento com remoção de madeira morta e extração insustentável de biomassa.
- **Redirecionar o financiamento proveniente de fontes prejudiciais ao meio ambiente.** Reorientar os subsídios com o objetivo de apoiar a soberania alimentar e práticas de manejo florestal positivas para a biodiversidade e resilientes ao clima — por meio de gastos públicos e investimentos em alimentação e agricultura — complementaria os esforços para limitar o poder corporativo, incluindo iniciativas para aumentar a transparência de preços, enfrentar a consolidação da agroindústria, fortalecer as leis trabalhistas no setor agrícola e impor condições mais rígidas ao financiamento e crédito para corporações focadas em commodities. Uma mudança do financiamento baseado em commodities específicas para o apoio a investimentos em paisagens que forneçam uma diversidade de serviços, alimentos e outros benefícios reduziria a rentabilidade da produção extrativa de commodities.
- **Aumentar o apoio a pequenos produtores e comunidades sem perder de vista os objetivos de biodiversidade e resiliência climática.** Considerando pequenos produtores e a agroecologia como uma estratégia de proteção florestal, é importante simplificar o acesso a subsídios florestais (benéficos), reduzir custos de transação e melhorar a equidade na distribuição de recursos em benefício de proprietários florestais privados, comunitários e demais partes interessadas.

## Contribuidores

---

